



DOI <https://doi.org/10.31639/rbpf.v16.i35.e820>

Recebimento em: 16/09/2024 | Aceite em: 18/12/2024

DOSSIÊ

(DES)CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DOCENTE NA/PELA RACIONALIDADE NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS RESOLUÇÕES CNE/CP Nº 1 DE 2020 E CNE/CP Nº 2 DE 2019

Luciana Pereira Leal PINHEIRO

Academia de Polícia de Minas Gerais (ACADEPOL-MG)

Belo Horizonte, MG - Brasil

lucianalealp@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6489-2907> 

Luciana Aparecida Silva de AZEREDO

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

Belo Horizonte, MG - Brasil

luazeredo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3709-2597> 

Marlúcia Menezes de PAIVA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Natal, RN - Brasil

mmarlupaiva3@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5659-7729> 

RESUMO: Este estudo, de cunho qualitativo, apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado e tem por objetivo geral compreender o contexto social e histórico da formação docente no Brasil e problematizar a subjetividade docente decorrente da formação proposta. A fundamentação teórico-metodológica utilizada é a Análise de Discurso de linha francesa, especificamente ferramentas foucaultianas. O *corpus* foi composto por documentos legais que tratam da formação docente inicial e continuada, especificamente: a BNCC, a resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, e a resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Com base nos estudos teóricos e análises empreendidos, procurou-se salientar, partindo da materialidade linguística dos referidos documentos, como as práticas governamentais atuam no saber e na (des)construção da subjetividade dos sujeitos-docentes, evidenciando a presença da racionalidade neoliberal nos documentos, ou seja, a condução das condutas na/pela educação.

PALAVRAS-CHAVE: BNC-formação. Educação neoliberal. Subjetivação. Resistência.

(DE)CONSTRUCTION OF TEACHING SUBJECTIVITY IN/BY NEOLIBERAL RATIONALITY: A DISCURSIVE ANALYSIS OF RESOLUTIONS CNE/CP N° 1 OF 2020 AND CNE/CP N° 2 OF 2019

ABSTRACT: This qualitative study presents an excerpt from a master's research project and aims to understand the social and historical context of teacher education in Brazil, as well as to problematize the subjectivity of teachers resulting from the proposed training. The theoretical and methodological framework employed is French Discourse Analysis, specifically using Foucauldian tools. The corpus consists of legal documents related to initial and ongoing teacher education, specifically: the BNCC, Resolution CNE/CP No. 2, dated December 20, 2019, and Resolution CNE/CP No. 1, dated October 27, 2020. Based on the theoretical studies and analyses conducted, the research seeks to highlight, through the linguistic materiality of these documents, how governmental practices influence the knowledge and (de)construction of the subjectivity of teacher-subjects, emphasizing the presence of neoliberal rationality within these documents, that is, the governance of conduct in and by education.

KEYWORDS: BNC-training. Neoliberal education. Subjectivation. Resistance.

(DES) CONSTRUCCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD DOCENTE EN/POR LA RACIONALIDAD NEOLIBERAL: UN ANÁLISIS DISCURSIVO DE LAS RESOLUCIONES CNE/CP N° 1 DE 2020 E CNE/CP N° 2 DE 2019

RESUMEN: Este estudio, de carácter cualitativo, presenta un recorte de una investigación de maestría y tiene como objetivo general comprender el contexto social e histórico de la formación docente en Brasil y problematizar la subjetividad docente derivada de la formación propuesta. La fundamentación teórico-metodológica utilizada es el Análisis del Discurso de línea francesa, específicamente herramientas foucaultianas. El corpus está compuesto por documentos legales que abordan la formación docente inicial y continuada, específicamente: la BNCC, la resolución CNE/CP n° 2, de 20 de diciembre de 2019, y la resolución CNE/CP n° 1, de 27 de octubre de 2020. Con base en los estudios teóricos y análisis realizados, se busca resaltar, a partir de la materialidad lingüística de dichos documentos, cómo las prácticas gubernamentales actúan en el saber y en la (de)construcción de la subjetividad de los sujetos-docentes, evidenciando la presencia de la racionalidad neoliberal en los documentos, es decir, la conducción de las conductas en/y a través de la educación.

PALABRAS-CLAVE: BNC-formación. Educación neoliberal. Subjetivación. Resistencia.

INTRODUÇÃO

Discutir questões relacionadas à Educação, especialmente a formação docente, possibilita compreender como a racionalidade neoliberal enraizou-se no campo educacional e quais impactos já são perceptíveis na formação de professores no Brasil, especificamente na formação docente inicial e continuada, estabelecidas pela Base Nacional Comum de formação de professores (BNC), inicial e continuada.

Partindo de uma abordagem discursiva e problematizadora, para compor o corpus desta pesquisa, delimitamos recortes de duas resoluções específicas do Conselho Nacional de Educação e Conselho Pleno (CNE/CP) referentes à formação docente no país: a BNC-formação inicial (CNE/CP nº 1, DE 20 de dezembro de 2020), e a BNC-formação continuada (CNE/CP nº 02, de 27 de outubro de 2019)¹ ambas amparadas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017), documento este do qual alguns trechos que se referem à formação docente também foram selecionados para constituir o corpus, analisado à luz da análise do discurso francesa, especificamente de ferramentas foucaultianas. Cabe ressaltar que não temos o objetivo de fazer julgamentos quanto ao posicionamento do professor, tampouco de prescrever receitas prontas. Entende-se a pesquisa realizada como um exercício crítico diante das reformulações impostas, com o intuito de possibilitar olhares outros para a Educação atual, de fazer “um exercício crítico do pensamento” (Revel, 2005, p. 71), procurando responder à pergunta: ainda é possível resistir após essas reformas?

Sobre sua organização, inicialmente, apresenta-se a metodologia e as ferramentas teórico-metodológicas adotadas e, em seguida, a associação da racionalidade neoliberal com a Educação e seus reflexos na formação docente. Por fim, são empreendidas análises de alguns recortes discursivos das legislações já citadas, que reforçam a presença, na materialidade linguística, do discurso neoliberal na Educação.

METODOLOGIA E FERRAMENTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A presente pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa e adota como arcabouço teórico-analítico a Análise do Discurso (AD) francesa. Seu objetivo é problematizar as reformulações para a formação docente inicial e continuada, promulgadas em 2019 e 2020, alinhadas à racionalidade neoliberal, vislumbrando possíveis implicações nos/para os caminhos da docência no país, tendo em mente que “[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade² do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70).

Além de possibilitar, através da análise do corpus, a percepção de algumas estratégias que consolidam e reafirmam discursos de manutenção da desigualdade social, objetiva-se fazer uma leitura crítica do contexto educacional nacional, em especial no que tange à formação docente. Assim, com aporte da AD que, como afirma Orlandi (2020, p. 19), tem o objetivo de “compreender a língua não só como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento”, lança-se mão de procedimentos de análise da materialidade linguística do discurso. Porém, o sujeito, a ideologia, a história, entre outros elementos relativos às condições de produção

1 Vale ressaltar que, após a execução desta pesquisa, foi publicada a Resolução CNE/CP nº 4/2024, que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. A norma em 3 de junho de 2024, atualiza as legislações analisadas CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e a resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 e outras normas que não foram analisadas. Conferir: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/divulgadas-novas-diretrizes-para-formacao-de-professores>

2 De acordo com Revel (2005, p. 84), a subjetividade está relacionada a “pensar o sujeito como um objeto historicamente construído sobre a base de determinações que lhe são exteriores [...] como o sujeito pôde, numa certa época, tornar-se um objeto de conhecimento e, inversamente, como esse estatuto de objeto de conhecimento teve efeitos sobre as teorias do sujeito como ser vivo, falante e trabalhador”.

de discursos, são considerados para a sua análise, o qual não mais pode ser considerado neutro (Orlandi, 2020), mas como

[...] uma categoria fundante do sujeito, do saber, do poder, da verdade, da subjetividade. [...] o discurso está em uma relação direta com o sujeito, como o que o constitui, ou o produz, e em relação direta com a história, visto que a história determina/possibilita a existência do discurso (Fernandes, 2012, p. 18-19).

Ressaltamos também que se trata de uma pesquisa documental, por partir de materiais que “não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 55). Nesse caso, partimos dos documentos legais que tratam da formação docente inicial e continuada, Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, e Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, respectivamente e da BNCC (2017). Cabe ainda mencionar que o levantamento bibliográfico feito serviu de aporte para as análises dos recortes selecionados.

Para este estudo, três ferramentas conceituais da AD são chaves: formação discursiva, discurso e sujeito, a serem abordadas a seguir, pois servem de base para compreensão das tramas que envolvem a construção sócio-histórica da legislação que trata da formação docente.

De acordo com Orlandi (2020, p. 15), “na análise do discurso busca-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história; isto é, a análise do discurso é uma ciência da linguagem que estuda a produção de sentido que ocorre na relação entre a língua, o sujeito e a história. Quanto à formação discursiva (FD), na perspectiva foucaultiana, segundo Fernandes (2012), trata-se de sobreposições de enunciados através da história, modos próprios de “dizer” pelos quais o sujeito se inscreve, dentro de um determinado contexto sócio-histórico. Em outras palavras, na perspectiva pêcheutiana, as formações discursivas são elementos relacionados diretamente com as formações ideológicas, ou seja, referem-se ao que é dito/discursivizado em determinada época e contexto histórico-social.

Para os estudos de cunho discursivo, é importante esclarecer o que se entende por discurso. A AD “toma o discurso como objeto de investigação, trabalha com a linguagem sob suas diferentes possibilidades de existência, e a considera em uma relação direta com a história” (Fernandes, 2012, p. 16). No discurso, tem-se a ação política e apresentam-se as posições ideológicas do sujeito e os espaços sociais presentes. Nesse sentido, é possível perceber as relações de poder atuantes no discurso, pois essas relações alteram o campo de atuação do sujeito e, assim, podem também modificar o seu discurso (Fernandes, 2012). O discurso em si é a construção linguística junto ao contexto social e histórico, no qual o sujeito está inserido. Nessa construção linguística em que esses discursos são produzidos, devem ser considerados os sujeitos, o contexto social, as escolhas das palavras e das imagens. Com essas observações, poderá se revelar o local de fala de cada sujeito, como observado por Fernandes (2012, p. 48), que define o discurso como “o lugar de dizer e o direito de falar privilegiado ou exclusivo de algum(ns) sujeito(s) em detrimento de outro(s)”.

As análises foucaultianas sobre sujeito abordam também a relação de poder e “suas diferentes manifestações diante dos diferentes segmentos sociais, em diferentes momentos históricos de sua existência” (Fernandes, 2007, p. 52). Para Michel Pêcheux (1995), além de sua formação sócio-histórica, assim como para Foucault, o sujeito é formado também pelo viés ideológico, ou seja, “trata-se, portanto, de pensar em o sujeito como objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores” (Revel, 2005, p.

84). Em outras palavras, trata-se de pensar o contexto sócio-histórico desse sujeito construído por meio da legislação educacional de formação docente, implementada pela nova DCN-formação. Esse sujeito histórico é “livre” para fazer suas escolhas desde que atenda aos anseios ideológicos produzidos pela sociedade neoliberal.

Para alcançar nosso objetivo principal, buscamos, através das legislações educacionais, descrever as condições de produção da formação discursiva das políticas públicas em educação para a formação docente, através da análise de seu contexto sócio-histórico atual baseados na leitura da BNCC (Brasil, 2017) que culminaram nas diretrizes de formação docente inicial e continuada CNE/CP nº02 (2020) e CNE/CP nº01 (2019). Não sendo possível a análise da legislação integralmente, então foram escolhidos excertos que trazem pontos de convergência que apontam discursos de cunho neoliberal em interação com a Educação, especificamente com a formação docente no país. Foram rastreados nos excertos as materialidades linguísticas ideológicas nas quais foi possível (re)pensar o alcance do neoliberalismo sobre as “novas” reformulações políticas dadas para a docência no país. E, por fim, apontaremos uma das possibilidades de resistência por meio de uma formação docente problematizadora baseada no pensamento crítico foucaultiano diante da manifestação da racionalidade neoliberal na formação de professores no país.

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO

Em seus estudos, Foucault buscou historicamente o significado de “governar” que, em sua concepção, se trataria de governar homens, pessoas ou indivíduos, ou seja, o governo se faz para governar os homens (Foucault, 2008a). O (neo)liberalismo, inicialmente atrelado à ordem econômica, é entendido por Foucault (1979) como um modo de funcionamento da sociedade moderna, uma nova maneira de conduzir a sociedade através da imposição de um novo modo de funcionamento estratégico político e econômico.

Assim, essa nova razão governamental é estabelecida pela/para a sociedade moderna, a fim de influir sobre a população, entendendo a sociedade moderna como um conjunto populacional de sujeitos com interesses próprios e que podem ser regulados, manipulados e conduzidos pelo governo (Dreyfus; Rabinow, 2010). Nesse sentido, o (neo)liberalismo é uma evolução da arte de governar a sociedade moderna através de relações de poderes e saberes, com efeitos transformadores na vida social, tendo como característica principal a não intervenção do Estado na economia e a manipulação do desejo de liberdade da população, liberdade de ir e vir, vender e comprar, acumular bens, de ascender economicamente. Para Foucault (2008a), essa arte de governar se tratava de uma gestão do Estado sobre a vida dos sujeitos de modo a suscitar um interesse geral que será manipulado para atender a fins desejados pelo Estado.

No Brasil, a adesão ao modelo neoliberal americano começou a ser realizada na década de 1990, com maior afastamento do Estado de suas obrigações e a implementação de políticas sociais privatistas, favorecendo empresários do setor privado em detrimento da redistribuição do capital e investimentos nos grupos sociais menos favorecidos.

É aqui que podemos compreender a importância da ligação entre as análises de Foucault sobre a governamentalidade, o neoliberalismo e os conceitos de população, governo e poder. Passa-se do gerenciamento da população através do poder disciplinar, da violência que atuava pela prática de castigos, punições e da vigilância, enquanto “retirada da sua força de trabalho” (Veiga-Neto, 2017, p. 65), para o estudo do gerenciamento da sociedade moderna através de um governo das mentes (governamentalidade), sem

abandonar a condução do corpo, tema do livro *Nascimento da biopolítica*, originalmente publicado em 1979. Em suma,

O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

Quando tratamos do contexto educacional, as ações e os efeitos do neoliberalismo são sentidos quando há adoção da lógica econômica em favorecimento do atendimento das demandas de mercado e na forma(ta)ção do sujeito-empresa, imposição da racionalidade neoliberal. Através dessa atuação no contexto social, baseada no governo da sociedade moderna, o sujeito forma(ta)do pela Educação assume as características de um sujeito que também é econômico, que se autogoverna e que é autorresponsável por suas ações, inclusive, por seus estudos.

Nessa perspectiva, a Educação se tornou uma área estratégica, submetida aos interesses do mercado para atender às classes mais favorecidas e é considerada como um bem pronto para exploração econômica. Através da educação, poderíamos garantir o acesso universal à cultura e um combate mais efetivo às desigualdades sociais, entretanto, esbarramos no sistema econômico neoliberal que prevê uma acumulação de capital acima de qualquer bem-estar social. Não podemos imputar todas as dificuldades que a Educação e a sociedade enfrentam ao modelo neoliberal, mas é possível afirmar que o neoliberalismo reforça velhas tradições da classe dominante (Laval, 2019). Como podemos notar, o neoliberalismo interfere na trama social, a regra do jogo muda de acordo com o que se espera do sujeito (Foucault, 2008a), o que se aplica também à Educação, pois as regras foram e são alteradas de acordo com interesses de pequenos grupos que visam à lucratividade na/pela Educação.

Vale ressaltar que Foucault (2008b) não emite juízo de valor sobre o neoliberalismo e seus aspectos, apenas discorre a respeito, na forma de problematização da “evolução” da arte de governar, talvez pelo fato de que ele não tenha vivenciado o acirramento da racionalidade neoliberal que vivemos no momento atual. Em contrapartida, Paulo Freire³ (1998, p. 15) emite juízo de valor ao dizer, por exemplo: “Daí a crítica permanentemente presente em mim à malvez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e à utopia”. Freire acreditava que o neoliberalismo retirava do Estado a obrigação de promover condições de igualdade para os sujeitos e delegava essa responsabilidade ao próprio sujeito. Assim, o fracasso e/ou o sucesso são de responsabilidade do próprio sujeito, empreendedor de si.

Em suma, com características de privatização de empresas do setor público, afastando o Estado de assistir aos mais necessitados, reduzindo oferta de serviços básicos ou oferecendo-os de forma precária, torna-se obrigatório para os sujeitos trabalhar cada vez mais para ter condições de investir em seu bem-estar via setor privado.

A seguir, buscaremos apresentar algumas características do sujeito da sociedade moderna, tendo em vista compreender melhor o imbricamento entre a racionalidade neoliberal, a Educação e o sujeito que se forma(ta) dessa/nessa relação e também suas possíveis implicações.

³ Por mais que seja de um espectro teórico diferente do de Foucault, ressaltamos a resistência de Paulo Freire a um neoliberalismo nocivo à educação atual.

A FORMAÇÃO DOCENTE E AS DIRETRIZES DA BNCC

Na Educação, os saberes são traduzidos no documento que contém os conteúdos a serem ministrados pelos professores que, hoje, chamamos de Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Esse documento versa sobre os conteúdos mínimos e sobre as expectativas na condução do processo educativo no país. Sendo assim, se o conteúdo curricular que atinge diretamente os alunos sofre modificações, a formação docente também passará por mudanças que adequem o perfil do docente, em uma proposta alinhada aos propósitos estabelecidos na BNCC, o que culminou em duas resoluções: a primeira que dispõe sobre as diretrizes para a formação docente da Educação Básica no país intituladas de Base Nacional Comum de Formação inicial de Professores (BNC-formação) e a segunda diretriz para a Formação Continuada de professores (BNC-formação continuada). Em ambos os documentos, o perfil socioprofissional do docente parece estar reduzido a uma adequação ao perfil que se espera do aluno receptor dessas diretrizes, sendo o professor entendido como o agente educativo incumbido de transmitir, de aplicar em sua prática essas “novas” diretrizes.

As mudanças que ocorreram nas políticas públicas de formação docente inicial e continuada se basearam em mudanças ocorridas na BNCC, que estabelece as diretrizes do currículo no país, por isso, esclarecemos a importância de abordar a BNCC, de forma sucinta, para continuar com as análises empreendidas. Trata-se de um documento obrigatório para todas as instâncias da educação básica, que visa conduzir os currículos e propostas pedagógicas estabelecendo conhecimentos, competências e habilidades adequados a todos os estudantes e que devem ser desenvolvidos durante seu processo de escolarização. Salientamos a contrariedade vista na BNCC de possuir um currículo rígido, inflexível, porém, exigir dos sujeitos a flexibilidade dos conteúdos a serem administrados em sala de aula e relacionados ao mercado de trabalho, o que marca um aspecto neoliberal no currículo, em que o sujeito tem uma liberdade controlada, vigiada, como um “peixe para nadar em seu aquário” (Laval, 2020, p. 42).

Com a BNCC, reforçou-se o discurso do governo e dos setores empresariais de que mudanças no conhecimento eram necessárias, na escola, no currículo, na aprendizagem dos alunos e dos professores, com viés de responsabilização individual, sobretudo colocando, muitas vezes, nos professores a culpa pelo sucesso ou fracasso da Educação. Por meio desse discurso, logo se criou a urgência da mudança da formação docente, que culminou em duas novas resoluções, aqui já elencadas, documentos específicos para alinhar o currículo oferecido aos professores em formação e os já atuantes em sala de aula à racionalidade neoliberal.

Tomando por base esse modelo de ensinar promovido pelo setor privado, reforça-se que o professor deve ser responsável por seu aprendizado, por sua atualização e, se não o fizer, será responsável não apenas pelo seu fracasso, mas também pelo de seus alunos. Assim, com a influência do setor privado, a escola, com características de escola-empresa, regurgitou nos professores novas exigências, visto que o novo formato de competências ou de “aprender a aprender” exigirá do professor uma formação mais técnica com objetivo de facilitar a padronização dos sujeitos e conduzi-los à autorresponsabilização. Nesse processo, para Laval (2019, p. 43), “não é mais uma questão de elevar os níveis de competência dos assalariados: é preciso que toda educação recebida tenda a levar mais em conta o ‘destinatário do serviço’”.

As mudanças na forma(ta)ção docente partem da crença de que a solução para o suposto problema da Educação do país está na quantidade de horas práticas do docente. Dito de outro modo, reduz-se a quantidade de aulas teóricas e o profissional docente poderia se dedicar a entender a prática da sala de aula. Desconsidera-se o fato de que a teoria e a prática andam lado a lado. Como afirma Freire (1998), a teoria não dita a prática, mas serve para manter a prática ao nosso alcance para proporcionar uma educação crítica e libertadora. Nesse

sentido percebeu-se que as mudanças mais recentes na forma(ta)ção docente partem de uma estratégia da racionalidade neoliberal que visa forma(ta)r um determinado sujeito que irá atender às demandas de mercado.

Após as considerações sobre a racionalidade neoliberal e seu interesse na formação docente, passaremos para as análises de recortes da BNCC (Brasil, 2017) e das diretrizes para formação docente definidos pela Resolução CNE/CP, N° 1, de 27 de outubro de 2020, dispendo sobre a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e a Resolução CNE/CP, N° 2, de 20 de dezembro de 2019, versando sobre as Diretrizes de Formação Inicial dos Professores.

ANÁLISE DISCURSIVA: FORMA(TA)ÇÃO DOCENTE E NEOLIBERALISMO

Inicialmente, pensamos em tratar das políticas próprias para a formação docente, mas, ao longo do levantamento inicial, foi possível verificar que as políticas sobre a docência tiveram seu ponto de partida na BNCC (Brasil, 2017). Por esse motivo, o primeiro gesto de análise se dará pelos recortes da BNCC que tratam da formação docente no país devido a sua articulação com os outros documentos que analisaremos mais adiante.

RD14: [...] a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir **para o alinhamento** de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores [...] (Brasil, 2017, p. 10, grifo nosso).

Quanto à formação docente inicial e continuada, RD1 afirma o alinhamento entre a BNCC e os documentos norteadores da docência no país: *influenciará a formação inicial e continuada dos educadores*. Ainda sobre o RD1, afirma-se que essa condução da formação docente, pautada na BNCC, se dará em todos os seus níveis de aprendizado, desde “a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais”, ou seja, todo o processo educativo. Nesse sentido, reforçamos a importância da compreensão e problematização da BNCC (Brasil, 2017) visto que nenhum processo fugirá de sua trama.

Esse alinhamento que se dará, tomando a BNCC como norteadora do que o professor deverá aprender a ensinar, um modelo de currículo com técnicas a serem aplicadas pelo professor, estimula um status de professor tutor de conteúdos programáticos pré-definidos para o Brasil, independentemente de situações que fogem do controle da docência, como fome, precariedade estrutural e outras situações de adversidade que se tem no Brasil devido a sua vasta territorialidade e grandes diferenças sociais e econômicas dentro de seu território, como no recorte abaixo:

RD2: Retornando ao ambiente escolar, a BNCC pretende estimular ações nas quais **professores e alunos sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem**. Nesse sentido, **eles próprios devem assumir** uma atitude historiadora diante dos conteúdos propostos no âmbito do Ensino Fundamental (Brasil, 2017, p. 401, grifo nosso).

É possível perceber a presença da racionalidade neoliberal por meio de uma racionalidade educativa específica, a dos sujeitos autogerenciáveis (Nogueira-Ramirez, 2011; Veiga-Netto, 2017), isto é, espera-se que professor e aluno sejam responsáveis por si e devam assumir a responsabilidade pelo processo educativo durante toda sua vida, desonerando o Estado de suas obrigações. O RD2 também nos remete ao discurso de que o fator humano deve ser desenvolvido constantemente, visto que é essencial para o desenvolvimento econômico

4 Recorte discursivo: trata-se, de acordo com Orlandi (1984), de uma unidade discursiva, por serem fragmentos “ligados a uma linguagem e situação” (Orlandi, 1984, p. 24).

do país. Essa ideia corrobora com os estudos de Foucault (2008a) de que, para a efetivação da arte de governar neoliberal, é necessário inculcar nos sujeitos que o sucesso depende, única e exclusivamente, do investimento de/em si mesmo.

Quanto a ser *sujeito do processo e ao dever de assumir*, podemos depreender que se trata de responsabilidades individuais, uma vez que o Estado se afasta desse investimento, não tendo responsabilidade sobre o sujeito. Esse sujeito deve, sozinho, se autofomentar e gerar seu crescimento econômico e, conseqüentemente, o do país. Devido a esta condução das condutas, pautada na autorresponsabilização, o sujeito que não consegue alcançar sucesso tende a não questionar a sociedade ou o Estado pelo modelo econômico, político e/ou falta de assistência social. Muitas vezes, acaba questionando a si mesmo e a sua (in)competência que não foi desenvolvida de maneira para atender às demandas exigidas dele pelo mercado. Podemos considerar que somos nós mesmos os exploradores de nossa força de trabalho.

A autoexploração, como afirma Freire (1998, p. 15), se traduz como uma “malvadez neoliberal”. A BNC-formação e BNC-formação continuada reforçam em sua formação discursiva o sentido do professor como empresário de si, autônomo e autorresponsável, como observa-se nos dois próximos excertos

RD3: VI - fortalecimento da **responsabilidade**, do **protagonismo** e da **autonomia** dos licenciandos com o **seu próprio** desenvolvimento profissional; (Brasil, 2019, grifo nosso).

Observamos o uso de *próprio* para substanciar que os adjetivos/características que o professor deve desenvolver ao longo da sua carreira são de sua própria responsabilidade, ou seja, autogerenciar suas habilidades em cursos e especializações, pagos do seu próprio bolso, no sentido de estar comprometido consigo mesmo e com seu desenvolvimento pessoal e profissional. A estratégia das políticas neoliberais é individualizante, captura o sujeito como se sua “realidade” fosse algo pessoal, exclusiva, desvinculada da própria sociedade. Sobre o nexos educação-neoliberalismo, é preciso recusar uma leitura não crítica do afastamento do Estado de sua responsabilidade para com a sociedade, terceirizando-a aos sujeitos. Essa terceirização, muitas vezes, é naturalizada e internalizada atualmente.

Aqui, são elencadas as características do bom professor, citadas na legislação, já preconizadas na BNC-formação: *fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia*. Esses atributos devem ser desenvolvidos pelos próprios professores, e mais, cabe a eles desenvolvê-los nos alunos e, por isso, a formação docente se tornou alvo de mudanças que possibilitem inculcar nos jovens esses discursos que escondem o fato de que o Estado abandona os sujeitos, mas exige deles constante desenvolvimento pessoal e profissional para atender às demandas do mercado, distanciando-se do que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Brasil, 1996), em seu artigo 2º: “A educação, dever da família e do Estado”

Através desse alinhamento com a racionalidade neoliberal, a Educação garante a ideia de sujeito produtivo e competitivo, que surgiu no campo econômico, foi estabelecida como um sujeito padrão no campo educacional e incorporada nos discursos educacionais como característica garantidora de sucesso. A BNC-Formação-Continuada também traz em diversos recortes o vocábulo próprio para reforçar um compromisso individual que o docente deve ter com seu desenvolvimento. Para ilustrar, trazemos o artigo 5º da diretriz de 2020, que nos chamou a atenção:

RD4: VI - Desenvolvimento permanente da capacidade de monitoramento do aprendizado **próprio** e dos alunos, **como parte indissociável do processo de instrução** [...] (BNC-Formação Continuada, 2020, grifo nosso).

Em suma, ao longo da leitura realizada, observou-se o emprego da palavra *próprio* usada como reforço da partícula *se*, como em *comprometer-se*; *centrar-se*; *desenvolver-se*, entre outras, para reforçar que cada sujeito é responsável por si, seja ele criança ou adulto, discente ou docente. A formação discursiva com viés neoliberal na educação é traçada para criar uma ilusão de independência, de autossuficiência nos sujeitos, o que contribui para garantir maior servidão ao trabalho, aumentar o lucro de pequenos grupos dominantes. Como afirma Foucault (2013, p. 291), “é um mecanismo de poder que permite que tempo e trabalho, mais do que riqueza e mercadorias, sejam extraídos dos corpos”. A Educação, através de políticas públicas curriculares de formação docente, por meio da autorresponsabilização, do empresariamento de si, corrobora para a alienação ao forma(ta)r uma população que ignora a própria condição de uma exploração de seu trabalho (Dardot; Laval, 2016).

Outro destaque nesse recorte é a palavra *instrução*, que faz com que a Educação regreda ao modelo tecnicista dos anos 1970, levando à ideia de uma organização e transmissão mecânica de conhecimento, sem que este seja problematizado, sem espaço para discussão ou questionamentos. Nesse modelo, como explica o professor Tardif (2020), há mera transmissão de conhecimentos previamente estabelecidos e o professor torna-se instrutor que recebe um conteúdo pronto para ser repassado aos alunos. Em suma, pode-se dizer que a BNCC é perpassada por conceitos neoliberais, desde o currículo estudantil até a formação docente, em todos os seus níveis, visando à produção de um sujeito neoliberal que, na perspectiva de Foucault (2004), é um sujeito dócil, manipulável através da Educação para atender aos desígnios de uma educação baseada no modelo de formação neoliberal que aceita que cada um seja empresário de si (Veiga-Neto, 2017), distanciando-se de uma educação crítica e humanizadora de Freire (1998).

Ressaltamos que a análise empreendida não visou esgotar os recortes selecionados, tampouco os documentos em sua totalidade, uma vez que a AD não advoga em direção a uma única leitura/interpretação, mas gestos de leitura/interpretação embasados teórico-metodologicamente, partindo das condições de produção sócio-histórico-ideológicas e de pistas fornecidas pela materialidade linguística, que nos remetem a FDs, essas sempre heterogêneas.

O que buscamos fazer neste artigo foi exemplificar a presença da racionalidade neoliberal nos referidos documentos através da análise de alguns recortes. Já partindo para nossas reflexões finais, traremos duas brechas que apontam para a possibilidade de uma postura problematizadora do docente nesse processo como uma forma de resistência.

ALGUMAS REFLEXÕES: BRECHAS PARA RESISTÊNCIA

Caminhando para o final deste artigo, ressaltamos a importância do pensamento crítico foucaultiano que nos remete à busca do “verdadeiro exercício crítico” (Revel, 2005, p. 71) em uma recusa a respostas metódicas e em solução de problemas a partir de respostas comuns, no sentido de que é preciso compreender para melhor resistir, ir à origem do problema, no nosso caso, a interferência neoliberal na educação.

Nesse contexto faz-se necessário interrogar os discursos presentes nessa formação para então refletir sobre o seu impacto no cotidiano educacional e assim interpretá-los para a tomada de uma decisão consciente

em aceitá-los ou rejeitá-los (Revel, 2005). A nosso ver, é possível (re)construir as verdades para (re)forma(ta) r os sujeitos para o pensamento crítico, assim como foi feito para conduzir a um pensamento neoliberal na educação, é possível (re)conduzir a novos discursos que propiciem ao docente e todos que estão inseridos no processo educativo um (re)pensar diferentemente do que se pensa para ser/fazer diferente do que está sendo declarado em determinados discursos (Azeredo, 2019).

Visto que a crítica foucaultiana nos permite diversas possíveis análises seria incoerente, na perspectiva adotada, trazer uma conclusão que passasse uma ideia de finalização do processo de (re)pensar, refletir e problematizar. Podemos, sim, apontar possíveis caminhos, que são passíveis de (re)problematização sob um novo olhar, considerando que tanto os sujeitos quanto seus contextos sócio-históricos são singulares. Afinal, a Educação é um processo contínuo de relações sociais, que se (re)constrói pela/na interação humana (Tardif, 2020).

A análise empreendida corrobora para explicitar que as ações e os efeitos do neoliberalismo na Educação são sentidos na adoção da lógica de mercado neoliberal e na forma(ta)ção do sujeito-empresa, do professor-empresa, aluno-empresa. Essas ações conduzem a Educação como uma área estratégica, com base nos interesses das classes dominantes, e a utiliza como meio de exploração lucrativa, mantendo o nível de desigualdade controlado.

Os recortes analisados nos permitiram resgatar esse exercício do pensamento crítico que nos conduziu a pensar e questionar a forma(ta)ção docente e a constituição histórica, além de aguçar a preocupação com o sujeito, docente e discente, e com o que é feito de nós. Embora tenhamos visto que a forma(ta)ção docente é utilizada como meio para atingir determinados fins, sejam de interesses de ordem econômica ou política, percebemos, a partir/com Foucault, que sempre existe a possibilidade de recusa das posições individualizantes do sujeito, de envolvimento em práticas de liberdade. É essa prática que possibilita o exercício da liberdade na recusa da naturalização dos discursos a nós impostos (Foucault, 2013).

Assim sendo, dentro da perspectiva foucaultiana, ousamos sinalizar duas brechas que podem ajudar o docente, desde o ensino básico ao superior, a esquivar-se das tramas do neoliberalismo, salientando que, na perspectiva adotada, não se pretende fornecer receitas prontas e definitivas, a serem seguidas, rumo à eficácia e eficiência, por exemplo, mas salientar a importância de estarmos abertos a possibilidades outras de ser, de viver e de educar(-se).

A primeira brecha de resistência refere-se a manter em si uma luta contra a dominação da racionalidade neoliberal, manter uma postura crítica diante dos conceitos impostos por meio de estudos sobre os processos educacionais, lembrando que quando Foucault (1996) demonstra grande preocupação com a construção do sujeito e do que era feito dele/nós, ele nos propõe uma maneira de questionar os modos de pensamento refletidos nos acontecimentos históricos com objetivo de compreender como fomos formados, o que pode possibilitar que nos libertemos daquilo que nos form(a)tu e vislumbremos possibilidades outras de ser.

A segunda brecha que sinalizamos é que conduzir nossas vidas em uma determinada direção não é um resistir passivamente, mas envolve conhecimento de si mesmo e da sua história, um cuidado de si⁵ para se proteger e poder seguir em outra direção e, como consequência, podermos vislumbrar uma nova conduta ou

5 Foucault (2006) compreende o cuidado de si a partir dos gregos, considerando o conceito do "ser em formação". Assim, o cuidado de si reside em poder "definir as condições nas quais o ser humano problematiza o que ele é, o que faz e o mundo em que vive" (Foucault, 2004, p. 198-199).

uma “contraconduta como forma de resistência a essa governamentalidade [que] deve corresponder a uma conduta que seja indissociavelmente uma conduta para consigo mesmo e uma conduta para com os outros” (Dardot; Laval, 2016, p. 400). É essa nova maneira de conduzir a si mesmo que, na visão foucaultiana, poderá tornar possível a transformação do outro, condutas que vão gerar a cooperação necessária, um caminho para a educação libertadora, como sonhou Freire e esperamos todos.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Luciana Aparecida Silva de. **O docente do ensino superior e o cuidado (de si)**: entre os modos de objetivação e de subjetivação na contemporaneidade. Jundiaí: Edições Brasil, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino médio. Brasília, DF: MEC. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>>. Acesso em: 09 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2**. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: MEC. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: 09 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1**. Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação continuada). Brasília, DF: MEC. 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>>. Acesso em: 09 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 4**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília, DF: MEC. 2024. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4759/resolucao-cne-cp-n-4>>. Acesso em: 09 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Esclarecimentos sobre mudanças na dinâmica de trabalho da SESu em decorrência do decreto 3.276/99 e da resolução CP nº 01/99 do Conselho Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/3276.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault** - Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2010.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, M. **Ética, Sexualidade**, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Coleção Ditos & Escritos, v. 5.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. Tradução de Maria Luíza M. de Carvalho e Silva São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal**. Tradução de Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos. **O Governo Pedagógico**: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem. 2022. Tese Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/18256>> Acesso em: 12 fev. 2022.

ORLANDI, Eni de Lourdes P. **Análise de discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni de Lourdes P. **Segmentar ou recortar**. In: Série Estudos. Nº 10. Faculdades Integradas de Uberaba (lingüística: Questões e Controvérsias), 1984. p. 9-26.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf> Acesso em: 09 jun. 2024.

REVEL, Judith. **Foucault conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Paulo: Claraluz, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Tradução de Francisco Pereira. Petrópolis, RJ. 7ª edição. Editora Vozes, 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.